



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 65^ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 66ª R.O. CERHI-RJ, em 09/12/2015

38 (ICMBTO), Renata Vasconcelos (INEA/GEAGUA), Aline Alvarenga (AGEVAP), Amanda Mendes
39 (PROLAGOS), Ulisses Mansur (FADUC), Fábio (INEA), Arthur Andrade (Consorcio LSJ), Júlio
40 Antunes (Guandu), Alexandre (INEA/GEAGUA), Verônica da Mata (ALERJ), Leonardo Fernandes
41 (INEA/GEIRH), Isabella Assumpção (CJSJ), Catia Siqueira (INEA), Aderson Martins). Esta reunião
42 teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-
43 RJ de 19/08/2015; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E CERHI-RJ de 09/06/2015; **4.** Minuta
44 Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das
45 águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das
46 funções de agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do
47 Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois
48 Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); **5.** Minuta Resolução
49 CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de
50 funções de agência de água do comitê dos comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio
51 Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref.
52 Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13);
53 **6.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-
54 gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade
55 delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o comitê das bacias
56 hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH
57 Guandu nº 117); **7.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio
58 administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias
59 hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH
60 Guandu nº 117); **8.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio
61 administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia
62 hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V (Ref. Res. CBH BG nº 28); **9.** Minuta
63 Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de
64 Comitês de bacias hidrográficas para os exercícios de 2016 e 2017; **10.** Minuta Resolução CERHI-
65 RJ que destina recursos da compensação financeira para complementação dos planos de bacia
66 das Regiões Hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
67 e Piabanha; **11.** Moção que recomenda ao conselho nacional de recursos hídricos análise para
68 definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em áreas circunscritas
69 a unidades estaduais fluminenses de gerenciamento de recursos hídricos; **12.** Apresentação da
70 CT-AS sobre a avaliação do Projeto de Lei nº 408, que dispõe sobre a administração, a proteção
71 e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado; **13.** Contribuições do CERHI-RJ
72 sobre o Projeto de Lei do PSA; **14.** Apresentação das moções do ENCOB e ECOB; **15.** Situação da
73 implementação do PERHI; **16.** Assuntos Gerais. Após verificação de quórum, a Sra. Eliane

74 Barbosa deu início à reunião às 16h50min. **1º item: Aprovação da pauta.** Foi inserido um novo
75 item, então a pauta foi alterada conforme a seguir: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da
76 minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-RJ de 19/08/2015; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E
77 CERHI-RJ de 09/06/2015; **4.** Resolução CBH-BIG nº 009 que dispõe sobre a aprovação do plano
78 de ações e aplicação de recursos financeiros constantes na subconta do comitê de bacia da baía
79 da ilha grande – CBH BIG no fundo estadual de recursos hídricos – FUNDRHI; **5.** Minuta
80 Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das
81 águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das
82 funções de agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do
83 Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois
84 Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); **6.** Minuta Resolução
85 CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de
86 funções de agência de água do comitê dos comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio
87 Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref.
88 Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13);
89 **7.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-
90 gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade
91 delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o comitê das bacias
92 hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH
93 Guandu nº 117); **8.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio
94 administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias
95 hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH
96 Guandu nº 117); **9.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio
97 administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia
98 hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V (Ref. Res. CBH BG nº 28); **10.** Minuta
99 Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de
100 Comitês de bacias hidrográficas para os exercícios de 2016 e 2017; **11.** Minuta Resolução CERHI-
101 RJ que destina recursos da compensação financeira para complementação dos planos de bacia
102 das Regiões Hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
103 e Piabanha; **12.** Moção que recomenda ao conselho nacional de recursos hídricos análise para
104 definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em áreas circunscritas
105 a unidades estaduais fluminenses de gerenciamento de recursos hídricos; **13.** Apresentação da
106 CT-AS sobre a avaliação do Projeto de Lei nº 408, que dispõe sobre a administração, a proteção
107 e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado; **14.** Contribuições do CERHI-RJ
108 sobre o Projeto de Lei do PSA; **15.** Apresentação das moções do ENCOB e ECOB; **15.** Situação da
109 implementação do PERHI; **16.** Situação da implementação do PERHI; **17.** Assuntos Gerais. **2º**

110 **item: Aprovação da minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-RJ de 19/08/2015:** Aprovada por
111 unanimidade. **3º item: Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E CERHI-RJ de 09/06/2015:**
112 Aprovada por unanimidade. **4º item: Resolução CBH-BIG nº 009 que dispõe sobre a aprovação**
113 **do plano de ações e aplicação de recursos financeiros constantes na subconta do comitê de**
114 **bacia da baía da Ilha Grande – CBH BIG no fundo estadual de recursos hídricos – FUNDRHI.** A
115 Sra. Eliane Barbosa apresentou o item e passou a palavra para a Sra. Lívia Soalheiro que fez
116 uma breve síntese sobre a mencionada Resolução. Informou que a proposta da Resolução do
117 CBH-BIG nº 09 passou pela Câmara Técnica de Instrumento de Gestão (CTIG) em agosto/2015,
118 sendo aprovada. Em seguida foi analisada pela Câmara Técnica de Instrumento Legal (CT-IL),
119 onde os membros fizeram uma série de questionamentos e a resolução precisou retornar para o
120 comitê. Após realizarem as alterações pertinentes a Resolução CBH BIG nº 09 entrou na pauta
121 da 42ª R.O. CTIL, onde os membros fizeram nova análise e aprovaram por unanimidade com
122 indicação para entrar na pauta da 65ª R.O. CERHI-RJ para prestações de conta. A Sra. Lívia
123 Soalheiro prosseguiu informando que a Resolução trata-se do plano de Ações e Aplicação
124 Plurianual do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande para os anos de 2016-2019,
125 no valor de **R\$ 3.398.197,24** (três milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e noventa e
126 sete reais e vinte e quatro centavos) com recursos da subconta FUNDRHI da respectiva região,
127 onde: I – **R\$ 1.062.982,95** (um milhão, sessenta e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e
128 noventa e cinco centavos) para **Proteção e conservação da biodiversidade**; II – **R\$ 613.500,00**
129 (seiscentos e treze mil e quinhentos reais) para **Mobilização e capacitação ambiental**; III – **R\$**
130 **40.000,00** (quarenta mil reais) para **Planejamento e política**; IV – **R\$ 200.000,00** (duzentos mil
131 reais) para **Gestão a Delegatária (Contrato de Gestão Inea nº 02/12)**; V – **R\$ 1.418.714,29** (um
132 milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e quatorze reais, vinte e nove centavos)
133 para o **Saneamento**, que são os 70% sobre o percentual do Saneamento como prevê hoje a lei
134 de doação. O recurso que não for utilizado no ano previsto passa a poder ser utilizado no ano
135 seguinte. O plano de ação foi feito através de uma Oficina de Planejamento Participativo para
136 construção do Plano de Atividade que o Comitê organizou em Dezembro de 2014. Tem como
137 objetivo incentivar a conservação da Biodiversidade através da proteção de mananciais, da
138 recuperação e restauração dos recursos naturais, o uso sustentável da terra e o
139 desenvolvimento sustentável. Criar e alimentar o banco de dados com informações relevantes
140 sobre corpos hídricos e utilizar esses dados no planejamento detalhado das ações e escolha de
141 prioridades. Em seguida a Resolução foi aprovada por unanimidade. **5º item: Minuta Resolução**
142 **CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da**
143 **bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de**
144 **agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do Sul,**
145 **Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios**

146 **nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13).** A Sra. Lívia Soalheiro
147 apresentou este item, e iniciou informando ao CERHI-RJ que os contratos da AGEVAP estão
148 vencendo no final de 2015. Comentou que, já que está no período de renovação, os comitês se
149 mostraram favoráveis à manutenção da AGEVAP enquanto Entidade Delegatária e, além disso, é
150 necessário analisar os recursos da compensação financeira que serão aplicados para essa nova
151 fase contratual. Informou que a primeira resolução trata-se apenas da renovação da indicação
152 da AGEVAP, e que a resolução mencionada no item 6, discute os recursos, onde será
153 apresentado o estudo da compensação financeira para o CERHI-RJ ter ciência do que está sendo
154 aprovado. Então, é necessário ter análise deste contexto para aprovar de uma forma consciente.
155 Esta resolução aprova a continuidade da AGEVAP como Entidade Delagátaria dos comitês. A Sra.
156 Eliane Barbosa esclareceu que a Digat junto com a Procuradoria do Inea e a procuradoria da SEA
157 tiveram varias reuniões, sendo uma delas especificamente sobre Contrato de Gestão. Explicou
158 que a discussão e o entendimento de alguns procuradores eram com relação ao prazo do
159 Contrato de Gestão, onde entendiam que só poderia ter uma renovação por mais 01 (um) ano
160 ou 6 (seis) meses. Toda a discursão foi para explicar aos procuradores que o Contrato de Gestão
161 não é um instrumento administrativo que cabe na Lei Federal nº 8.666/1993, portanto deveria
162 haver um contrato diferente, onde pudesse renovar por tempo determinado, se assim fosse o
163 desejo e entendimento do Comitê, e posterior aprovação do CERHI-RJ. Após alguns
164 esclarecimentos a Sra. Eliane Barbosa colocou em votação e a minuta de resolução foi aprovada
165 por unanimidade. **6º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio**
166 **administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê dos**
167 **comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio**
168 **Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38,**
169 **CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13).** A Sra. Lívia Soalheiro iniciou a
170 apresentação informando que atualmente a legislação prevê que os recursos arrecadados com a
171 compensação financeira, 50% devem ser utilizados em Contrato de Gestão, com a Entidade
172 Delegatária para apoio aos Comitês com baixa arrecadação, porém, no Estado do Rio de Janeiro
173 nunca obteve este conceito, sendo o Comitê Guandu o único que paga integralmente o seu
174 Contrato de Gestão com o recurso da cobrança. Esse estudo vem apontar apenas as receitas
175 que foram utilizadas referentes à compensação financeira, não se trata de aporte de cobrança.
176 Conforme planilha apresentada, em 2015 tem em recursos comprometidos, gastos que não
177 serão executados porque a Delegatária não conseguirá pedir a tempo, e com isso não utilizará o
178 do ano vigente. Mas a previsão de despesa é de R\$ 4.452.512,64 (quatro milhões, quatrocentos
179 e cinquenta e dois mil, quinhentos e doze reais e sessenta e quatro), e com relação ao saldo
180 atual (29/10/2015) é R\$ 8.180.602,55 (oito milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dois reais e
181 cinquenta e cinco centavos). Entre o que já foi previsto e o que já foi realizado em 2015 (pago

para as Delegatária) há R\$ 1.632.032,91 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, trinta e dois reais e noventa e um centavos), ou seja, do saldo de R\$ 8.180.602,55 (oito milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos) o que tem de não comprometido são R\$ 6.548.569,64 (seis milhões, quinhentos e quarenta e oito reais, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Em 2016, já com a previsão de novos valores para o Contrato de Gestão, tendo o total previsto de despesas de R\$ 5.444.071,62 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setenta e um reais e sessenta e dois centavos), onde o valor não comprometido de 2015 é de R\$ 6.548.569,64 (seis milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), previsão de arrecadação em 2016 é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e o valor não comprometido em 2016 é de R\$ 3.104.498,02 (três milhões, cento e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e dois centavos). E em 2017, repetiria os valores como se não houvesse atualização, passando o saldo para R\$ 716.205,24 (setecentos e dezesseis mil, duzentos e cinco reais e vinte e quatro centavos), e em 2018 o saldo iria para – (menos) R\$ 1.672.087,54 (um milhão, seiscentos e setenta e dois mil, oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). A Sra. Lívia Soalheiro ressaltou a importância dos comitês de bacia entender que essa fonte não está sendo suficiente para suprir a demanda que está sendo sugerida. Citou a proposta da Câmara Técnica de Instrumentos Legais que foi elaborada quando o Estudo da Compensação Financeira foi analisado: aprovar tudo que foi solicitado para o ano de 2016, para que no referido ano esses valores possam ser estudados e que uma proposta de uma divisão objetiva seja feita com os 50% da Compensação Financeira, utilizados pelo Contrato de Gestão. Criando critérios para definir o que é baixa arrecadação e escalar o recurso. A Sra. Lívia Soalheiro colocou em votação a seguinte proposta: parecer da CTIL, em aprovar o parâmetro de 2016 e os valores que foram propostos, e ao longo deste ano que sejam discutidos novos critérios. A proposta e a minuta de Resolução CERHI-RJ foram aprovadas por unanimidade. **7º item:** **Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117).** O Sr. Décio Tubbs, considerando a apresentação da Sra. Lívia Soalheiro no 6º item, colocou em votação esta minuta de resolução CERHI-RJ, sendo aprovada por unanimidade. **8º item:** **Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117).** A Sra. Lívia Soalheiro apresentou à minuta de resolução CERHI-RJ que aprova o limite de custeio, por ano, para os próximos 05 (cinco) anos a destinação do valor

218 de R\$ 2.367.755,75 (dois milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e
219 cinco mil reais e setenta e cinco centavos) dos recursos do FUNDRHI, oriundos da cobrança pelo
220 uso da água, para custeio da operacionalização da Entidade Delegatária do Comitê. Por fim, foi
221 colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **9º item: Minuta Resolução CERHI-RJ**
222 **que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções**
223 **de agência de água do comitê da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara - Região**
224 **Hidrográfica V (Ref. Res. CBH BG nº 28).** A Sra. Lívia Soalheiro apresentou a minuta de
225 resolução CERHI-RJ, que aprovar como limite de custeio, para o segundo ano, a destinação do
226 valor R\$ 455.161,28 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e um reais e vinte e
227 oito centavos), para o ano de 2016, dos recursos do FUNDRHI, oriundos da compensação
228 financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, para a
229 complementação de custeio de operacionalização da Entidade Delegatária do Comitê. Após
230 alguns esclarecimentos a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **10º item: Minuta**
231 **Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de**
232 **Comitês de bacias hidrográficas para os exercícios de 2016 e 2017.** A Sra. Lívia Soalheiro
233 informou que havia uma resolução que aprovava o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
234 para apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de Comitês, uma vez que o Estado do Rio
235 de Janeiro estava na Coordenação Fórum Nacional do Comitê de Bacias. Porém, esta resolução
236 só aprovava recursos para os anos de 2014 e 2015, mas no ano de 2015 o Sr. Affonso
237 Albuquerque foi reconduzido na coordenação, que passou a ser uma coordenação conjunta com
238 o Estado de Sergipe. Em seguida, a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **11º**
239 **item: Minuta Resolução CERHI-RJ que destina recursos da compensação financeira para**
240 **complementação dos planos de bacia das Regiões Hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Rio**
241 **Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e Piabanga.** O Sr. Paulo Leite comentou sobre a
242 complementação que está sendo feita a revisão do plano de bacia do CEIVAP, onde está sendo
243 realizado um diagnóstico sobre toda bacia do Paraíba do Sul. Está sendo discutido com todos os
244 comitês uma proposta de aperfeiçoamento dos cadernos, e cada comitê estadual tem seu
245 caderno específico para sua região dentro do plano de bacia do CEIVAP, porém, isso não é um
246 plano de bacia dos comitês afluentes. Com isso, o foco não é se aproximar dos problemas de
247 cada comitê afluente, portanto a proposta dos 04 (quatro) comitês do Paraíba do Sul do Estado
248 do Rio de Janeiro é aportar esse recurso para que o foco seja feito a partir do que já se tem do
249 plano de bacia do CEIVAP, por isso que o recurso para os 04 (quatro) comitês de bacias é baixo.
250 A proposta é utilizar a base de informações que já existe e todo o trabalho que já está sendo
251 feito dentro do plano de bacia do CEIVAP. O Sr. Sergio Bertoche complementou informando que
252 como os recursos são pequenos, que provavelmente 02 (dois) comitês terão que usar recursos
253 próprios para poder complementar o plano de bacia para que seja um plano detalhado, que

254 retrate as necessidades e os objetivos dos comitês. O Sr. Roberto Machado comunicou que o
255 plano está previsto para todos os cadernos dos comitês afluentes, porém, houve um
256 entendimento que precisaria de um recorte e que fosse especialmente para os subcomitês.
257 Após tais esclarecimentos a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **12º item:**
258 **Moção que recomenda ao conselho nacional de recursos hídricos análise para definição da**
259 **cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em áreas circunscritas a unidades**
260 **estaduais fluminenses de gerenciamento de recursos hídricos.** A Sra. Moema Versiani fez uma
261 apresentação sobre a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União
262 circunscritos a Unidades Estaduais da Gestão. Explanou sobre os problemas dos corpos hídricos
263 de domínio da União com as UGRHs, definidas na Resolução CNRH nº 109/2010, que existem
264 áreas onde a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos pelo SINGREH poderá
265 ficar incompleta no que tange à cobrança pelo uso da água: lacunas a serem resolvidas pelo
266 CNRH. No caso do Estado do Rio de Janeiro, identificou-se a existência de usuários outorgados
267 pela ANA sem a possibilidade de cobrança: as águas são de domínio da União, e estão inseridas
268 em bacias estaduais (caso de UCs federais e de rios federais compartilhados com outros estados
269 onde não há comitê federal previsto). A proposta da Resolução do CNRH é permitir à cobrança
270 em águas de domínio da União em áreas circunscritas às unidades estaduais de gestão, em
271 bacias estaduais com o Comitê/Cobrança/Agência instituídos. O objetivo principal é evitar
272 distorção em bacias estaduais com cobrança implantada e recurso ser revertido para o comitê
273 estadual. O formato da Moção do CERHI-RJ ao CNRH solicita a definição da cobrança em águas
274 federais circunscritas à unidade estadual de gestão. Após explicação, a minuta de Moção foi
275 aprovada por unanimidade. **13º item: Apresentação da CT-AS sobre a avaliação do Projeto de**
276 **Lei nº 408, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas**
277 **subterrâneas de domínio do estado.** A Sra. Elisa Bento iniciou a apresentação e passou a
278 palavra para a assessora do Deputado André Lazaroni, Sra. Verônica da Matta, para que fizesse
279 um breve relato sobre o histórico da elaboração e das alterações do Projeto de Lei nº 408/2011.
280 A Sra. Verônica da Matta informou que o projeto teve início pelo Deputado Edilson Valentim
281 com o Projeto Lei nº 698/2003, e em 2007 o projeto chegou na Comissão de Defesa do Meio
282 Ambiente da Alerj. O Deputado Estadual André Lazaroni, então presidente da Comissão,
283 entendeu que o projeto não estava completo e solicitou uma audiência pública em que
284 estiveram presentes os presidentes da FEEMA, do DRM e o da ABAS. Nesta audiência pública
285 ficou decidido que formaria um grupo de trabalho para analisar em cima do substitutivo ao
286 Projeto de Lei nº 698/2003, onde cada presidente designou um técnico para este fim. Após as
287 alterações pertinentes foi realizada uma nova audiência pública com os mesmos presidentes das
288 instituições e todos aprovaram as alterações realizadas. Houve um entendimento baseado nas
289 normas da Alerj, que o Projeto de Lei nº 698/2003 após as alterações fosse nomeado como PL

290 nº 408/2011. No início do ano de 2015 o professor Duke foi convidado para participar da CPI da
291 Crise Hídrica, que é presidida pelo Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha, e citou o
292 Projeto de Lei nº 408. Após a CPI da Crise Hídrica foi solicitado que o projeto de Lei passasse
293 pelo CERHI-RJ e a Câmara Técnica correspondente do CERHI-RJ é a CT-AS. Com isso, a pedido da
294 Coordenadora da CT-AS, Sra. Elisa Bento, a Sra. Verônica da Matta participou de algumas
295 reuniões da mencionada CT para ajudar na discussão. O projeto foi então revisado, e alguns
296 artigos foram modificados. A versão final passou pela CT-IL e CT-IG, onde foi apresentado e
297 discutido. Em seguida foi encaminhado para Procuradoria do Inea, que emitiu parecer
298 constando sugestões de alteração, onde algumas foram acatadas e outras não, mas todas com
299 as devidas justificativas, e, por fim, foi apresentada na plenária do CERHI-RJ (05/11/2015) para
300 aprovação e posterior retorno para Alerj, através de Ofício CERHI-RJ. A Sra. Elisa Bento fez uma
301 breve síntese sobre as alterações realizadas nas reuniões da Câmara Técnica de Águas
302 Subterrâneas e Câmara Técnica de Instrumentos Legais, e em seguida o documento foi
303 aprovado por unanimidade. **14º item: Contribuições do CERHI-RJ sobre o Projeto de Lei do**
304 **PSA:** A Sra. Eliane Barbosa informou que a ALERJ realizou uma audiência pública e que havia
305 convidado informalmente o CERHI-RJ. Porém, na época, recebeu a orientação do Secretário
306 Estadual do Ambiente e do Presidente do INEA que não se manifestassem, já que não havia tido
307 um convite oficial para o CERHI-RJ participar desta discussão. O Sr. Décio Tubbs explicou que
308 sugeriu este item da pauta, pois em nenhum momento CERHI-RJ, INEA e a SEA foram
309 comunicados oficialmente e não conhecem esse Projeto de Lei do PSA. Propôs antecipar esta
310 discussão e análise junto ao CERHI-RJ, para quando houver um comunicado oficial estiverem
311 alinhados. Sugeriu que fosse feita uma Moção onde informa que o CERHI-RJ foi comunicado e
312 não consultado. A Sra. Fátima Casarin ressaltou que o Projeto de Lei do PSA deveria ser
313 encaminhado oficialmente para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Informou, ainda, que
314 o GT PSA é formado por várias instituições que executam o Projeto de PSA e representantes de
315 comitês de bacias. Solicitou que em todas as reuniões do CERHI-RJ o GT-PSA comparecesse para
316 dar informes sobre o Projeto de Lei do PSA. E, por fim, solicitou que fosse feita uma Moção, com
317 o encaminhamento ao Projeto de Lei para aperfeiçoamento, pelo Grupo de Trabalho específico
318 considerando o Decreto. A Sra. Eliane Barbosa sugeriu à plenária que fosse feita uma Moção
319 para ALERJ, solicitando que o mencionado Projeto de Lei fosse apresentado ao CERHI-RJ. Em
320 seguida, a sugestão foi aprovada por unanimidade. **15º item: Apresentação das moções do**
321 **ENCOB e ECOB:** O Sr. Affonso Albuquerque apresentou a moção que reconduz o valor de R\$
322 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias, e tirou algumas
323 dúvidas. Por fim, a Plenária solicitou que fosse enviado um relatório de atividades para os
324 membros deste Conselho. A Sra. Lívia Soalheiro informou que este relatório já existe e que será
325 enviado em breve, incluindo o programa de trabalho do novo biênio que será atualizado com as

326 devidas informações e prestações de contas. **16º item: Situação da implementação do PERHI:** A
327 Sra. Moema Versiani solicitou que o item 16 fosse retirado de pauta e que fosse incluído como
328 um dos primeiros itens na próxima reunião do CERHI-RJ (66ª R.O. CERHI-RJ, de 09/12/2015). **17º**
329 **item: Assuntos Gerais:** **1)** A Sra. Fátima Casarin informou que está representando o
330 Observatório das Águas, que está sendo criado sob a orientação da WWF. Comunicou que nos
331 dias 25 e 26 de novembro, em Brasília, será realizada uma Oficina; **2)** A Sra. Elisa Bento solicitou
332 novos membros na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, pois tem apenas 03 (três) ou 04
333 (quatro) membros atuantes e em duas reuniões não teve quórum. Foi solicitada a Secretaria
334 Executiva o controle de frequência para que houvesse uma nova organização no quadro de
335 membros da CT-AS; **3)** O Sr. Marcos Lacerda solicitou que fosse avaliado se poderia constituir o
336 GT de Educação, Mobilização e Informação, para que fosse feita a convocação dos membros
337 interessados e inicializar as reuniões. Os membros do CERHI-RJ votaram, por unanimidade, a
338 favor da criação do novo GT; **4)** A Sra. Vera Martins fez um convite para todos os membros do
339 CERHI-RJ: dia 12/11/2015 o Comitê Médio Paraíba do Sul, irá realizar o II Fórum Rio Preto, onde
340 será discutido os impactos das PCHs nos rios. Será realizado em Rio das Flores, no Centro
341 Cultural. **Questionamentos:** **1)** A Sra. Eliane Barbosa, no item 4, perguntou se o valor de R\$
342 1.062.982,95 (um milhão e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e
343 cinco centavos) para Proteção e Conservação da Biodiversidade, está também incluído as
344 espécies e hábitos dos mananciais. A Srt. Lívia Soalheiro informou que no caso específico do
345 CBH BIG, destina-se R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a cada ano para PSA especificamente,
346 e dentro de Proteção e Conservação da Biodiversidade tem outras ações que podem ser
347 utilizadas; **2)** O Sr. Paulo Leite ressaltou que o Programa I e o objetivo do item 4 estão mais
348 parecidos com um objetivo de uma unidade conservação do que de um Comitê, e por ser um
349 Comitê do CERHI-RJ sugeriu que fosse invertido a colocação da Resolução do CBG BIG, onde cita
350 a “a proteção e conservação da água e da biodiversidade”. A Srt. Lívia Soalheiro informou que
351 enquanto Coordenadora da CTIL essa avaliação é feita pelo CBH BIG, e o comitê tem que definir
352 quais são as suas prioridades, a área da bacia hidrográfica de Ilha Grande é uma área com
353 muitas unidades de conservação. A Sra. Eliane Barbosa informou que na Resolução CBH BIG
354 explica que “Biodiversidade através da proteção dos mananciais da recuperação e restauração
355 dos recursos naturais”, e sugeriu que independente da aprovação ou não da Resolução que
356 poderia ser criado um título para ficar mais confortável, como: “proteção e conservação da água
357 e da biodiversidade”. A Srt. Lívia Soalheiro comunicou que esse era o primeiro plano do CBH
358 BIG e que está começando seu plano de bacia, ou seja, que está em fase de contratação e ao
359 decorrer do plano pode ser alterado, pois tem as prioridades precisas do plano; **3)** O Sr. João
360 Siqueira concordou com o Sr. Paulo Leite e informou que cada comitê tem suas especificidades
361 e que deveria ter um foco maior em recursos hídricos, colocando a água como prioridade

362 máxima, mas sem esquecer da Biodiversidade. A Sra. Eliane Barbosa complementou informando
363 que nas atividades que estão listadas no 4º item, diz: “Apoiar projetos e programas de
364 monitoramento da água e da recuperação da Biodiversidade”; no 5º item, diz: “Formalizar
365 parceiras para atuação em ações emergenciais ligadas a eventos naturais críticos que afetem a
366 biodiversidade”; e no 6º item: “Apoiar ações de incentivo ao Pagamento sobre Serviços
367 Ambientais”, sendo assim, todos esses itens citados reforçam a recuperação dos mananciais,
368 contratação da gestão na atividade pesqueira, contratar consultorias para assuntos estratégicos
369 e que todas atividades citadas estão “linkadas” e isso é o mais importante; **4)** O Sr. João Siqueira
370 questionou sobre a política do BDE e como os recursos deveriam ser aplicados no Estado do Rio
371 de Janeiro. A Sra. Eliane Barbosa informou que o BDE está dentro da Digat e que, como Diretora
372 do Inea, irá dar prioridade no desenvolvimento. Ressaltou que atualmente o BDE está pronto
373 para auxiliar os comitês e desenvolver todo o banco de dados espaciais. O Sr. Paulo Leite
374 reforçou a importância do desenvolvimento do BDE; **5)** O Sr. Sérgio Bertoche informou que no
375 Fórum Estadual Fluminense foi proposto que fizessem um seminário sobre a arrecadação e
376 sustentabilidade dos comitês e sugeriu que o CERHI-RJ fizesse também. O comitê Piabanga e os
377 comitês afluentes ao Paraíba Sul questionaram a aprovação de recursos para o CAR. A Sra. Lívia
378 Soalheiro informou que no momento que o CAR foi aprovado, foi realizada a mesma
379 apresentação feita no 6º item sobre o Estudo da Compensação Financeira; **6)** A Sra. Dalva
380 Mansur falou sobre a importância do valor da água e ressaltou que não é o momento propor
381 aumento e sim realizar estudos para saber o valor real da água. Informou que os comitês junto
382 com o Inea tem se esforçado para estabelecer quais são as outorgas em suas áreas; **7)** A Sra.
383 Moema Versiani informou que o futuro não está na compensação financeira, pois não há
384 nenhuma governabilidade. O Estado passa a totalidade da compensação financeira do setor
385 elétrico para o fundo estadual de recursos hídricos. Porém, o território do Estado do Rio de
386 Janeiro é pequeno, sendo menor o repasse financeiro, e salientou que o futuro está na cobrança
387 pelo uso da água que é de total governabilidade dos comitês de bacia; **8)** A Sra. Maria Aparecida
388 informou que na última reunião do CNRH a ANA apresentou que há um “déficit” no Paraíba do
389 Sul de 70% de valor de desvalorização do recurso da cobrança do CEIVAP, pois não tem o índice
390 de atualização; **9)** O Sr. Humberto Dias perguntou se a CEDAE paga pela água produzida ou pela
391 água vendida, e o Sr. Décio Tubbs respondeu que paga pela água capitada e passa o recurso; **10)**
392 O Sr. Júlio Antunes informou que o governo estadual publicou no Diário Oficial, dia 05/11/2015,
393 um programa de capacitação gestão de recursos dos municípios. Comunicou, também, que dos
394 92 (noventa e dois) municípios do Estado do Rio de Janeiro, 80 (oitenta) estão inadimplentes.
395 **Encaminhamentos:** **1)** O Sr. Paulo Leite sugeriu que fosse incluído na nota técnica “os comitês
396 só são instituídos numa totalidade de bacias hidrográficas ou de sub-bacia hidrográficas”, como
397 consta na Lei 9.433/97, pois isso iria referendar e dar um reforço no que está escrito na Moção.

398 Perguntou se na minuta da Moção não seria interessante fazer nos considerados uma referência
399 aos comitês, e a Sra. Moema Versiani informou que irá incluir as sugestões e enviar
400 posteriormente por e-mail para todos, através da Secretaria Executiva do CERHI-RJ. **2)** O Sr.
401 Sérgio Bertoche propôs que fosse feito um seminário sobre o tema: cobrança pelo uso da água,
402 sustentabilidade dos comitês, água mineral e etc. **Informes:** **1)** O Sr. Décio Tubbs informou que
403 na tarde do dia 05/11/2015 sairá a minuta de Resolução do CBH Guandu sobre o aumento da
404 Cobrança; **2)** A Sra. Eliane Barbosa ressaltou a importância de saber usar o recurso, pois não
405 argumentos quando se fala na cobrança, quando tem mais de R\$ 159.000.000,00 (cento e
406 cinquenta e nove milhões de reais) na conta do FUNDRIH; **3)** O Sr. Décio Tubbs comunicou que
407 em uma próxima reunião ordinária do CERHI-RJ, em 2016, irá trazer o especialista em água
408 mineral, o Sr. Lúcio Carravilo, para uma apresentação contextualizando sobre o uso água
409 mineral; **4)** O Sr. Décio Tubbs falou que no dia 04/12/2015 haverá um seminário sobre cobrança
410 com a participação dos representantes da ANA, no auditório do INEA, e a Sra. Lívia Soalheiro
411 ressaltou que será aberto para os membros do CERHI-RJ e comitês de bacia. O convite oficial
412 será enviado em breve; **5)** A Sra. Lívia Soalheiro informou que o ENCOB de 2016 ocorrerá em
413 Salvador/BA, entre os dias 03 e 08 de Julho de 2016. Explicou que por conta das eleições
414 municipais o governo da Bahia, solicitou que fosse antecipado o evento, e que em Julho seria a
415 única época que poderiam dar apoio, com estruturado e local definido; **6)** O Sr. Júlio Antunes
416 informou que foi aprovado o valor da cobrança de R\$ 0,02 (dois centavos) para R\$ 0,04 (quatro
417 centavos) em 2017, e que a partir disso será feito um reajuste automático pela SELIC; **7)** A
418 Sra. Eliane Barbosa comunicou que indicou alguns membros do CERHI-RJ como representantes
419 (titulares e suplentes) para compor as Câmaras Técnicas do CNRH, e ressaltou que o Estado do
420 Rio de Janeiro irá dividir e alternar entre membros titulares e suplentes com o Estado de São
421 Paulo. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CERHI-RJ, o Sr. Décio Tubbs Filho
422 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 65ª Reunião Ordinária do Conselho
423 Estadual de Recursos Hídricos, às 17:30h.

424

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ